

## COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 18, DE 2022

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, passa a vigorar acrescida do art. 18-A, com a seguinte alteração:

*“Art. 18-A Para fins da incidência do imposto de que trata o art. 155, inciso II, da Constituição, os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica, as comunicações e o transporte coletivo são considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis, não podendo ser tratados como supérfluos.*

*Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo:*

*I - é vedada a fixação de alíquotas sobre as operações referidas no caput em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços;*

*II - é facultado ao ente federativo competente a aplicação de alíquotas reduzidas em relação aos bens referidos no caput, como forma de beneficiar os consumidores em geral; e*

*III - é vedada a fixação de alíquotas de que trata o inciso II, para os combustíveis, a energia elétrica e o gás natural, em*



*percentual superior ao da alíquota vigente quando da publicação desta Lei. ”*

Art. 2º A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, passa a vigorar, com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

*IX - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras; e*

*X - os serviços de transmissão e distribuição e os encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica.*

.....

*Art. 32-A As operações relativas aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, para fins de incidência de imposto previsto nesta Lei, são considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis, não podendo ser tratados como supérfluos.*

*§ 1º Para efeito do disposto neste artigo:*

*I - é vedada a fixação de alíquotas sobre as operações referidas no caput em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços;*

*II - é facultado ao ente federativo competente a aplicação de alíquotas reduzidas em relação aos bens referidos no caput, como forma de beneficiar os consumidores em geral; e*

*III - é vedada a fixação de alíquotas de que trata o inciso II, para os combustíveis, a energia elétrica e o gás natural, em percentual superior ao da alíquota vigente quando da publicação desta Lei.*



*§ 2º No que se refere aos combustíveis, a alíquota definida conforme o disposto no § 1º deste artigo servirá como limite máximo para a definição das alíquotas específicas (ad rem) a que se refere o art. 3º, inciso V, alínea b, da Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022.”*

Art. 3º Fica a União autorizada a deduzir do valor das parcelas dos contratos de dívida do Estado ou Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional, independente de formalização de aditivo contratual, as perdas de arrecadação dos Estados ou Distrito Federal ocorridas no exercício de 2022, decorrentes da redução da arrecadação do ICMS que exceda ao percentual de 5% (cinco por cento) em relação à arrecadação deste tributo no ano de 2021.

§ 1º O total das perdas de arrecadação de ICMS do Estado ou Distrito Federal irá compor o saldo a ser deduzido pela União.

§ 2º As perdas de arrecadação dos Estados ou Distrito Federal que tiverem contrato de refinanciamento de dívidas com a União previsto no art. 9-A da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, decorrentes da redução da arrecadação do ICMS, serão compensadas integralmente pela União.

§ 3º A dedução a que se refere o caput e o § 2º limitar-se-á às perdas de arrecadação de ICMS incorridas até 31 de dezembro de 2022 ou enquanto houver saldo de dívida contratual do Estado ou Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional, o que ocorrer primeiro.

§ 4º Ato do Ministro de Estado da Economia regulamentará o disposto neste artigo.

Art. 4º As parcelas relativas à quota parte do ICMS, conforme previsto no art. 158, inciso IV, da Constituição Federal, serão transferidas pelos Estados aos Municípios na proporção da dedução dos contratos de dívida do Estado ou Distrito Federal administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Na hipótese em que não houver compensação na forma do caput do art. 3º, o Estado fica desobrigado ao repasse da quota



parte do ICMS para os Municípios, conforme previsto no art. 158, inciso IV, da Constituição Federal.

Art. 5º Ficam cessadas as deduções por perdas de arrecadação de ICMS, não se aplicando o disposto no art. 3º, caso as alíquotas retornem aos patamares vigentes anteriormente à publicação desta Lei.

Art. 6º O disposto nos arts. 124 a 127 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, não se aplica a esta Lei e aos atos do Poder Executivo dela decorrentes.

Art. 7º O disposto nos artigos 35 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, não se aplicam ao disposto nesta Lei.

Art. 8º O art. 7º da Lei Complementar 192, de 11 de março de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 7º A base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária em relação às operações com diesel, será, até 31 de dezembro de 2022, em cada Estado e no Distrito Federal, a média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 (sessenta) meses anteriores à sua fixação. ”*

Art. 9º Não configurará descumprimento das obrigações de que trata a Lei Complementar nº 159, de 2017, as leis ou os atos necessários para a implementação desta lei.

Art. 10º A Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º Os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal, órgãos do Ministério da Economia, serão compostos por 3 (três) membros titulares com experiência profissional e conhecimento técnico nas áreas de gestão de finanças públicas, recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação fiscal de entes públicos.



.....

§ 4º Os membros titulares do Conselho de Supervisão serão investidos no prazo de 30 (trinta) dias em regime de dedicação exclusiva:

I - em Cargo Comissionado Executivo ou Função Comissionada Executiva, de nível 17, ou equivalente, para o membro indicado pelo Ministro de Estado da Economia;

II - em cargo ou função do quadro do Tribunal de Contas da União - TCU, de nível hierárquico equivalente ao indicado pelo Ministro da Economia, para o membro escolhido entre auditores federais de controle externo indicado pelo Tribunal de Contas da União;

III - em cargo ou função do quadro do Estado, de nível hierárquico equivalente ao indicado pelo Ministro da Economia, para o membro indicado pelo Estado em Regime de Recuperação Fiscal.

..... (NR)  
“

Art. 11º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2022.

**Deputado Elmar Nascimento**  
**Relator**

